

Estado do Espírito Santo

LEI Nº 1500, DE 06 DE MAIO DE 2024.

PUBLICAÇÃO Órgão Oficial Municipal Nº 2348 de 06/05/2024 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A
REALIZAR A CONCESSÃO ONEROSA DE USO
DE ESPAÇO PÚBLICO QUE ESPECIFICA, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO

SANTO; faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar concessão de uso de espaço público, destinado para exploração comercial de lojas/container, localizado no Terminal Rodoviário Municipal "Isidoro Salvador".

Parágrafo único. A concessão de uso de que trata o caput deste artigo será a título oneroso e se realizará mediante processo licitatório, na modalidade Leilão.

- **Art. 2º** Os espaços públicos a que se refere o artigo anterior são os representados no Anexo Único da presente Lei, a saber:
 - a) Loja 1 Loja Piso Térreo com Mezanino, com 47m² de área combinados;
 - b) Loja 2 Loja Piso Térreo com Mezanino, com 48m² de área combinados;
 - c) Loja 3 Loja Piso Térreo com Mezanino, com 55m² de área combinados;
 - d) Loja 4 Loja Piso Térreo com Mezanino, com 86m² de área combinados;
 - e) Loja 5 Área para Instalação de Container Loja com dimensões de 6m x 2,5m.

Parágrafo único. A natureza do empreendimento, a disposição de equipamentos e mobiliário a serem utilizados na instalação deverão observar o Termo de Referência e as disposições do edital do processo licitatório.



Estado do Espírito Santo

Art. 3º A exploração dos serviços a serem prestados ficarão sujeitos à legislação e

fiscalização do Poder concedente, incumbindo aos que as executarem, a sua permanente

atualização e adequação às necessidades dos usuários.

Art. 4º O edital de licitação, observadas as disposições da Lei Federal nº

14.133/2021 e atualizações posteriores e da Lei Orgânica do Município, conterá exigências

relativas:

I - a observação da legislação relativa à execução de obras em espaços públicos,

obedecendo, rigorosamente, o projeto aprovado;

II - ao funcionamento das atividades no prazo e nas condições estabelecidas no

instrumento de outorga;

III - a não utilização do espaço concedido para finalidade diversa da aprovada,

assim como a proibição de transferência ou cessão do espaço ou das atividades objeto de

exploração a terceiros, ainda que parcialmente;

IV - a autorização e aprovação prévia e expressa da concedente nas hipóteses da

realização de eventuais benfeitorias na área cedida;

V - ao cumprimento das exigências impostas como contrapartida, bem como ao

pagamento dos tributos incidentes e todas as despesas decorrentes da concessão;

VI - a responsabilização da concessionária, inclusive perante terceiros, por

quaisquer prejuízos decorrentes da ocupação do espaço, bem como do trabalho, serviços e

obras que executar;

VII - desativação por parte da concessionária das instalações, inclusive com a

remoção dos equipamentos e mobiliário, ao término do prazo pactuado, sem direito a

qualquer retenção ou indenização, seja a que título for, pelas benfeitorias, ainda que

necessárias, obras e trabalhos executados;



Estado do Espírito Santo

VIII - a submissão por parte da concessionária à fiscalização, inspeções e vistorias

periódicas da concedente, principalmente quanto às normas de segurança e saúde pública;

IX - a manutenção da padronização e exigências técnicas estipuladas no edital;

X - a responsabilidade da concessionária diante dos encargos trabalhistas,

previdenciários, fiscais e comerciais resultantes, direta ou indiretamente, da execução dos

serviços que se propõe a prestar.

Art. 5º Extinta a concessão, por quaisquer dos meios previstos em lei ou no edital

de licitação, retornam ao Poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios

transferidos ao concessionário através do contrato.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta lei correm por conta de dotações

constantes no orçamento municipal, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições

em contrário.

Vargem Alta, 06 de maio de 2024.

ELIESER RABELLO:75650193720 Assinado digitalmente por ELIESER RABELLO:75650193720 Data: 2024.05.06 13:17:06 -0300

ELIESER RABELLO

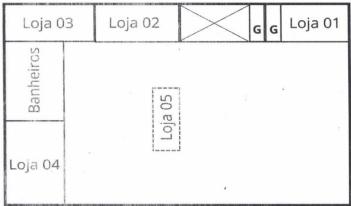
Prefeito Municipal



Estado do Espírito Santo

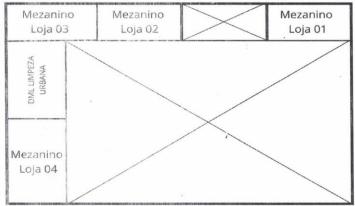
ANEXO ÚNICO

Mapa da Concessão do Terminal Rodoviário



Pavimento Térreo

G = Guichê de Passagens



Pavimento Mezanino

Assinado digitalmente ELIESER por ELIESER

RABELLO:75650193720 RABELLO:75650193720 Data: 2024.05.06 13:17:11 -0300